

OLHARES DE DOCENTES DA EJA SOBRE INCLUSÃO E DEFICIÊNCIA

Sandra Cristina Morais de Souza
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
profsandrapsico@hotmail.com

RESUMO: Este artigo é resultado de um recorte de pesquisa dissertativa, realizada junto a escolas que desenvolvem a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e possuem, nessa modalidade, alunos com deficiência. A pesquisa buscou investigar como, em um contexto histórico como o brasileiro no qual a EJA sempre representou um espaço de lutas contra a exclusão social, outra população também submetida à exclusão (as pessoas com deficiência) é considerada. Considerando que, em meio a essa dupla vulnerabilidade, é importante desvendar as concepções docentes, estipulamos como objetivo analisar o depoimento de professoras da EJA, sobre os temas inclusão e deficiência. Para tanto, partimos de documentos disponibilizadas pela Secretaria de Educação e Cultura do município pesquisado, os quais possibilitaram uma análise do quadro de alunos com deficiência na EJA. Como eixo norteador, procuramos contextualizar teoricamente essas temáticas a partir no aporte teórico dos Estudos Culturais e, em termos metodológicos, entrevistamos professoras que atuavam na EJA com alunos com deficiência, distribuídas em instituições da rede pública de ensino. Os resultados obtidos indicaram uma forte conotação normalizadora presente nos discursos das professoras, os quais estão coerentes com uma perspectiva de inclusão como aspecto pontual – destinado aos alunos com deficiência – e meramente socializador.

Palavras-chave: Inclusão. Educação de Jovens e Adultos. Pessoas com Deficiência.

LOOKS FOR TEACHERS OF ADULT AND YOUTH EDUCATION AND DISABILITY

ABSTRACT: This article is the result of a research essay clipping, held together the schools that develop youth and adult education (EJA) and have, in this mode, students with disabilities. The research sought to investigate how, in a historical context as the Brazilian on which the EJA has always represented an area of fighting against social exclusion, another population also subjected to exclusion (people with disabilities) is considered. Whereas, in the midst of this dual vulnerability, it is important to uncover the conceptions teachers, we stipulate as objective to analyze the testimony of teachers of the EJA, on the themes of inclusion and disability. To this end, we depart from documents made available by the Ministry of education and culture of the municipality researched, which enabled a framework analysis of students with disabilities in the EJA. As guiding axle, we seek to contextualize theoretically these themes from the theoretical contribution of cultural studies and, in methodological terms, interviewed teachers who acted in the EJA with students with disabilities, distributed in institutions of the public school system. The results indicated a strong regulatory connotation present in the speeches of the teachers, which are consistent with a prospect of inclusion as punctual aspect – for students with disabilities – and merely socializing.

Keywords: Inclusion. Adult and youth education. People with disabilities.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem buscado, cada vez mais, discutir novas formas de aceitação das pessoas que apresentam diferenças. Este tem sido um tema recorrente na mídia, nos ambientes de trabalho e nas escolas, gerando a necessidade de regulamentações que assegurem a exequibilidade de ações nessa direção. No caso específico da escolaridade, o *slogan* Escola para Todos é, segundo Sardagna (2007), um imperativo presente nas legislações brasileiras, decorrente de uma agenda relativa à política educacional dos principais organismos internacionais.

Diante desse contexto, a inclusão escolar é apresentada como uma palavra de ordem, sobretudo para os estudantes com deficiência. De acordo com Acorsi (2010, p. 121), “ao tomarmos a inclusão como ‘o assunto do momento’, é interessante pensarmos sobre ela, buscando suas possíveis significações para então operar com as representações que ela carrega”. Isso mostra que se trata de um tema bem mais complexo do que aparenta, sendo necessário uma maior reflexão a esse respeito.

Muito embora a legislação proclame e contemple o direito de todos à educação, isso não significa dizer que todas as pessoas estejam participando de propostas educativas que as oportunize vivenciar experiências significativas para seu desenvolvimento psicossocial. Esse é um desafio que precisa ser enfrentado, com práticas investigativas e educativas que se direcionam para a educação de pessoas com deficiência, de pessoas pertencentes às classes populares, de pessoas que vivem na zona rural, de crianças de rua, de presos, de indígenas, de analfabetos, enfim, dos pertencentes aos grupos historicamente excluídos.

Pensando assim, desenvolvemos um estudo dissertativo sobre a inclusão de educandos que possuem uma dupla vulnerabilidade: são pessoas com deficiência e estão fora de faixa etária da escolaridade regular, por essa razão frequentam a Educação de Jovens e Adultos- EJA.

Após realizados os devidos recortes, tal estudo redundou no presente texto, que teve como ponto norteador questões, tais como: Quais os tipos de deficiência existentes nas escolas que atuam na modalidade EJA? Qual a percepção das professoras dessas escolas sobre a inclusão e a deficiência?

1 SITUANDO A PESQUISA

Entendendo que a prática de pesquisa implica uma opção teórica, escolhemos a de natureza eminentemente qualitativa, pelo fato de ela permitir estabelecer uma relação do pesquisador com o universo da pesquisa, dando possibilidade de o mesmo imprimir um olhar atento e contextual sobre os dados. Imbuídas desse princípio, buscamos definir metodologicamente a pesquisa em termos de local, sujeitos, instrumentos e análise de dados.

1.1 *Lócus* da pesquisa

Para a escolha das instituições a serem pesquisadas, nos dirigimos, em primeiro lugar, à Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Cultura/SEDEC da cidade de João Pessoa/PB. Os dados apresentados mostraram que a rede municipal em questão contava com 32 escolas que desenvolviam a EJA, nos turnos da manhã e da noite, distribuída em nove polos. Todas as escolas estavam localizadas na zona urbana e, segundo os dados fornecidos, o número de jovens e adultos com deficiência perfazia um total de 76 alunos.

Diante da quantidade excessiva de instituições, resolvemos selecionar algumas, utilizando como critério de escolha o número de alunos e a diversidade da deficiência. Para resguardar a identidade das instituições escolares, elas foram identificadas com nomes fictícios que iniciavam com “I”, de Inclusão.

[Fonte: Gestoras das instituições, 2012]

NOME DA INSTITUIÇÃO	Nº DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	DIAGNÓSTICO	Nº DE PROFESSORES
Ivete Bezerra	04	01 – Síndrome de Down 02 – Deficiência Mental Leve 01 – Deficiência Intelectual (sem laudo)	02
Ivana Gomes	05	01 – Baixa Visão (atendimento na FUNAD) 01 – Deficiência Auditiva/Deficiência Intelectual Moderada 01 – Deficiência Física 01 - Deficiência Intelectual Leve 01 – Deficiência Intelectual Leve e Acondroplasia	06
Isabel Mariz	03	01 – Autismo 01 – Deficiência Mental Moderada 01 – Deficiência Intelectual (sem laudo)	02
Ivone Gonçalves	05	01 – Cadeirante (desistiu) 02 - Deficiência Múltipla (01 desistiu) 01 - Deficiência Mental Leve (sem laudo) 01 – Surdez (desistiu) 01 - Deficiência Visual	02
Ivonise Fernandes	04	04- Deficiência Intelectual – (01 sem laudo)	02

Quadro I. Escolas pesquisadas, com a quantidade de alunos com deficiência, seus diagnósticos e a quantidade de professores da EJA que possuem alunos com deficiências

1.2 Sujeitos da Pesquisa

Com relação aos sujeitos da pesquisa, foi feito um levantamento das professoras que trabalhavam nas instituições selecionadas, perfazendo um total 14 sujeitos. Destes, apenas oito sujeitos foram entrevistados.

1.3 Instrumentos utilizados

Na busca de obter resultados e atender aos objetivos da pesquisa, escolhemos a entrevista como instrumento de coleta de dados. A escolha por este instrumento deu-se por entendermos que ele se apresenta como uma técnica adequada para esta pesquisa, por possibilitar a apreensão dos processos de formulação do conhecimento dos sujeitos sobre o objeto de estudo.

1.4 Análise dos dados

De posse de todos os dados, fizemos a sua organização, por meio do agrupamento sequencial das respostas, com vistas a facilitar a leitura e a análise dos depoimentos. Ao término da leitura e análise das respostas, buscamos inferir as frases e expressões que as professoras usaram ao responder à entrevista, enfatizando aquelas mais representativas. Para isso, grifamos alguns fragmentos das falas, com o objetivo de destacar os aspectos mais relevantes.

2 O OLHAR DAS PROFESSORAS

2.1 Percepções sobre a Inclusão: uma abordagem crítica

Ao falarmos sobre inclusão e educação, faz-se necessário imaginar quantos olhares seriam necessários para captar a complexidade deste tema. Embora as discussões tenham evoluído e se intensificado em relação à inclusão, muito ainda falta ser abordado, porque o processo de inclusão escolar não diz respeito apenas à entrada na instituição educativa, mas envolve todos que integram esse contexto, tais como: estudantes, familiares, educadores – professores, gestores, especialistas, funcionários.

Segundo Hattge (2007), todos são chamados a fazer parte da escola, incluindo nesse todos, além das pessoas com deficiência, todas as outras diferenças relacionadas à etnia, orientação sexual, opção religiosa, classe social, entre outras. A convocação para

que todos frequentem a instituição escolar, ao contrário do que aparenta à primeira vista, está alicerçada num quadro contraditório, porque ao mesmo tempo em que assume a complexidade humana na qual é forjada a sociedade contemporânea, atende as determinações de uma cultura escolar alicerçada nos ideais iluministas, que atribuiu ao sistema educacional o poder de disciplinamento e controle.

Diante dessa perspectiva, entendemos que a sociedade controla e determina as posições que assumimos nela. Porém, isso não é suficiente. Ela precisa, além de controlar, conhecer os sujeitos, verificando até que ponto seus desvios se afastam ou não do padrão de normalidade, instituído por ela. Surge, então, a necessidade de classificá-los, de acordo com cada desvio, cada síndrome, pois esse reconhecimento fortalece o seu poder. De posse de todas as informações e conhecimentos acerca do outro, chega o momento de colocá-los próximos aos demais, incluí-los no mesmo espaço social.

Pensando assim, Dorziat (2008) enfatiza que a forma mais coerente de ação pedagógica transformadora é a busca de uma prática/política da diferença. Essa é a forma de o processo educacional ser tomado de modo menos excludente, na medida em que considera em seus esquemas de ação o outro, ou os outros, nas suas características linguísticas, cognitivas, físicas, culturais e sociais.

Pensando assim, indagamos as professoras de turmas da EJA sobre seus entendimentos relativos ao tema inclusão. Para efeito de análise, selecionamos alguns depoimentos, que representavam a visão de inclusão.

Inclusão é você socializar o aluno com deficiência, para que ele fique numa sala comum, na sala normal, junto com os outros, seria inclusão, em minha opinião. Não deve existir uma sala só para especiais, porque tirar eles do meio dos outros, eles têm que ter uma convivência. Pra mim, a inclusão é muito importante (**Prof^a Elza**).

Inclusão é a gente poder acolher e abraçar a diferença, eu acho que a gente precisa estar de coração aberto. É a gente estar disposta a ajudar e o mundo precisa ser assim, afetivo acolhedor. Para que discriminar, se a gente não sabe lidar? A gente busca ajuda, não sabe lidar, mas a gente vai pesquisando, estudando, e aprendendo para ajudar. Acho que essa é a missão (**Prof^a Elisa**).

Foi possível identificar de uma maneira geral, nas falas das professoras, duas linhas de pensamento: a primeira, voltada ao discurso oficial, em que a inclusão fundamenta-se na inserção do diferente no espaço social, por meio da educação; já a segunda linha apresenta uma postura mais crítica, pois aponta que não basta apenas o

aluno estar na sala de aula, mas é necessário criar condições para que ele se desenvolva de forma participativa.

Algumas professoras que abordam a inclusão sob a primeira linha de pensamento colocam a necessidade de desenvolver um processo de socialização e acolhimento, oportunizando o convívio de todos, sem restrições. Esse é um aspecto importante de ser refletido, por ser recorrente quando se trata sobre inclusão. Partimos do princípio de que a socialização e o acolhimento deveriam ser posturas intrínsecas ao processo educacional. Elas são a mola propulsora de desenvolvimento humano, porque é a partir do sentimento de pertencimento que as pessoas podem de fato se sentir capazes de elaborar e externalizarem leituras de mundo, dando sentido ao conhecimento.

A partir desses depoimentos, podemos perceber como a definição de inclusão é abrangente e complexa, embora se assente sempre sobre o modo de perspectivar a educação, considerando o que existe e o que poderá vir a tornar-se realidade. Ela tanto pode ser vista como o empenhamento em reestruturar o programa da escola, adaptando-o à realidade dos alunos, como um simples dispositivo burocrático, embora se centre numa nova perspectiva de necessidades educativas especiais, contrapondo integração e inclusão precisamente no fato de se deslocar o objeto de intervenção do aluno, para o currículo e os fatores organizacionais da escola (ALMEIDA; RODRIGUES, 2006, p. 20).

2.2 Significado de Deficiência: uma análise sob o prisma da diferença

Começamos esse tópico com a seguinte pergunta. O que significa ser uma pessoa com deficiência e, principalmente, o que significa ser um educando jovem e adulto com deficiência?

Sabemos que a população da EJA mudou. Ela não pode ser mais vista apenas sob o ângulo etário, de pessoas que abandonaram a escola na idade adequada. É preciso considerar, cada vez mais, a multideterminação desses sujeitos, que apresentam, além da característica etária, de classe, de gênero, entre outras, as marcas das deficiências, carregando histórias de vulnerabilidades e exclusão social em série.

Nesse contexto, entendemos a deficiência como característica humana que gera estranhamento na sociedade e como uma condição produzida pela própria sociedade, assim como afirma Bauman (1998): “Cada espécie de sociedade produz sua própria

espécie de estranhos e os produz de sua própria maneira, inimitável” (p.27). Estranhos são assim aqueles que:

[...] não se encaixam nos mapas cognitivos, moral ou estético [...], deixam turvo o que deve ser transparente [...], confundem o que deve ser uma coerente receita para a ação [...], poluem a alegria com angústia [...], obscurecem e tornam tênues as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas [...], geram a incerteza, que por sua vez dá origem ao mal-estar de se sentir perdido [...] (BAUMAN, 1998, p. 27).

As colocações de Bauman permitem enxergar a problemática da deficiência na exatidão do que representa a insegurança da sociedade contemporânea. Os estranhos contribuem para desestabilizar as certezas plantadas na modernidade, e, desse modo, avançarmos em nossos esquemas de reflexão, haja vista que essas certezas que não eram reais, mas apenas mera ficção de nossos desejos de enquadramento, controle e ordem.

Não foi mais possível desconsiderar que, de certo modo, assim como afirma Morin (1973), a diversidade e a variedade de indivíduos sempre existirão. É através dessa diversidade e variedade que a sociedade se alimenta, criando e recriando seus estatutos, modelos e escalões, por que não dizer, classes sociais, onde as hierarquias se estabelecem. Dessa forma, os seus papéis sociais são estabelecidos, ditando os que irão pertencer a uma determinada camada social e quais irão ser excluídos dela. Para que isso aconteça, são demarcados os desviantes, os estranhos, os diferentes, os marginais, ou seja, todos aqueles que precisam ser marcados pelo selo de sociabilidade.

Lopes (2007) enriquece essa discussão, trazendo o significado do termo “diferente”. Para ela, quando denominados “o” diferente, estamos usando uma cadeia de significados que localizam e ordenam espaços e corpos e não estamos nos referindo, necessariamente, à diferença.

Tendo a visão da diferença como lastro teórico, buscamos saber como as professoras olham a temática da deficiência, considerando que elas são responsáveis por jovens e adultos com deficiência, inseridos na EJA, no seu cotidiano. Segue alguns depoimentos:

É apenas uma dificuldade. Todos nós somos deficientes em alguma coisa, eu acho que o fato de usar óculos, já é uma deficiência, eu acho que é uma dificuldade que precisa ser ajudada. Agora, tem algumas dificuldades que exigem mais de nós, por exemplo, a mental, precisa de um cuidado especial, mas eu não veja o a deficiência como algo que dê muito pavor, que a gente não possa contribuir **(Profª Elisa)**.

Eu acho que deficiência é um estado, um estado de espírito, tipo assim, se naquele momento você está com dificuldade em realizar alguma coisa ou têm alguma impossibilidade de realizar aquilo que você deseja realizar, para mim, naquele momento você tem uma deficiência, seja um projeto, sua atuação ou mesmo a solução de algum problema. Porque, eu já vi tantas coisas fantásticas de pessoas que são ditas deficientes e que nem eu com os meus membros e a minha normalidade conseguiria fazer. Para mim, deficiência é um estado de espírito (Profª Eliane).

As falas das professoras são representativas, se tomarmos com parâmetro o senso comum. Por mais que procurem minimizar os efeitos da deficiência, suas argumentações parecem estar sempre respaldadas no conceito de normalidade. Nesse sentido, o padrão é o eixo fundamental que dá substância às reflexões. As diferenças, nessa perspectiva, passam a ser vistas como algo perceptível, biologicamente falando, e, portanto, de menor valor, como disse a Profª Elisa em sua fala: “É apenas uma dificuldade, todos nós somos deficientes em alguma coisa, eu acho que o fato em usar óculos, já é uma deficiência”.

Já a Profª Eliane traz o olhar de que a “deficiência é um estado de espírito”. Ao tratá-la como algo meramente espiritual, ela desconsidera as implicações da deficiência para a vida dos educandos, como se tivesse a intenção de tornar suas características invisíveis, apagando-as.

Todas essas confusões conceituais são decorrentes de uma cultura normalizadora, na qual as diferenças, mesmo quando são exaltadas, são tomadas como algo exótico. O processo de globalização, que tem como função consolidar os valores de mercado, aprofunda essas contradições e confusões, porque não coaduna os discursos midiáticos e legais a um processo realmente transformador. Em termos objetivos, essa situação é constatada na falta de clareza das políticas públicas, na reprodução de projetos pedagógicos das escolas sem considerar a inclusão, na ausência de condições materiais, humanas e de capacitação dos professores, para atuarem na perspectiva da inclusão, na ausência de iniciativas de acessibilidade, entre outras.

ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

Os discursos proferidos pelas professoras expressaram a vontade de proporcionar uma prática inclusiva, mesmo algumas delas tendo enfatizado a existência

de lacunas, em relação às políticas inclusivas, à formação e à preparação dos professores para atuarem nessa perspectiva.

No entanto, a inclusão desejada não parece considerar as dimensões esperadas de um processo educacional amplo, haja vista que os limites da inclusão proferida são os processos de socialização. Apesar da importância desse processo como aspecto para o desenvolvimento integral dos educandos, é inaceitável reduzi-la a esta dimensão, porque, assim, a escola é ignorada enquanto campo de saber e de construção de conhecimentos. Ou seja, ao negar ao educando com deficiência as demais dimensões educativas que permeiam o processo formativo, estamos negando a possibilidade de desenvolvimento humano, objetivo maior do processo educativo.

A necessidade de traduzir a diferença, para que ela possa deixar de ser considerada o problema da escola ou uma ameaça à educação, tem implicado em ações educacionais que buscam colar a diferença à materialidade física dos corpos, fazendo com eles sejam disciplinados e aprendam, a partir de sua deficiência, deixando clara a posição que os sujeitos estão autorizados a ocupar (ACORSI, 2010, p. 189).

REFERÊNCIAS

- ACORSI, Roberta. Inclusão: (im)possibilidades para a educação. In: LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Henn (Orgs.). **Aprendizagem & Inclusão: implicações curriculares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. p. 177-193.
- ALMEIDA, Alcinda M. C.; RODRIGUES, David. A percepção dos professores do 1º C.E.B. de educadores de infância sobre valores inclusivos e as suas práticas. In: BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- DORZIAT, Ana. Educação especial e inclusão educacional. In: DECHICHI, Cláudia; SILVA, Lázara Cristina e colaboradores. **Inclusão Escolar e Educação Especial: teoria e prática na diversidade**. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 21-36.
- HATTGE, Morgana Domênica. A gestão da inclusão na escola: estratégia de controle e risco social. In: LOPES, Maura Corcini; DALÍGNA, Maria Cláudia (Orgs.) **In/exclusão: nas tramas da escola**. Canoas: Ed. ULBRA, 2007. p. 189-200.
- LOPES, Maura Corcini; DALÍGNA, Maria Cláudia (Orgs.) **In/exclusão: nas tramas da escola**. Canoas: Ed. de ULBRA, 2007.
- MORIN, Edgar. **O Paradigma perdido: a natureza humana**. 5. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1973.
- SARDAGNA, Helena Venites. Políticas de Educação para Todos: um imperativo nos Sistemas de Ensino. In: LOPES, Maura Corcini; DALÍGNA, Maria Cláudia. (Orgs.) **In/exclusão: nas tramas da escola**. Canoas: Ed. ULBRA, 2007. p. 173-188.